Eixo: ENFOQUES EPISTEMOLÓGICOS DE LA GEOGRAFÍA.

Territorialidade quilombola nas florestas atlânticas: uma concepção integradora de território a partir da memória

Dra. Simone Rezende da Silva[1]
Dra. Rosalina Burgos[2]
Dra. Neusa de Fátima Mariano[3]

Resumo

As discussões acerca das múltiplas definições de território têm sido uma constante nos trabalhos geográficos, contudo, longe de ser um tema resolvido, este conceito continua a suscitar novas possibilidades de investigação.

Neste trabalho pretende-se a análise e discussão de uma concepção de território integradora que transite da definição política à cultural, num sentido múltiplo e relacional, pois se preocupa mais com o processo de territorialização como domínio e apropriação do espaço do que propriamente com o conceito de território.

Partimos da premissa de que entre o meio físico e o homem se interpõe sempre uma idéia, uma concepção determinada de mundo que norteará sua concepção de território, bem como seu modo de vida.

Desta forma, as disputas territoriais enfrentadas no Brasil por populações quilombolas pela conquista e manutenção de suas terras são oportunidades para empreendermos estudos acerca de uma concepção de território integradora, pois nestes conflitos que evocam a territorialização transparecem visões de mundo distintas.

Assim, o caminho empreendido foi o do estudo da territorialidade quilombola a partir da coleta e análise da memória desta população, visto que o que está em disputa são visões diversas sobre o mesmo espaço e que vão resultar em concepções também diversas de território.

[1] Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Geografia Física da Universidade de São Paulo, srezende@usp.br
[2] Professora Doutora do Curso de Geografia, UFSCAR Campus Sorocaba.
[3] Professora Doutora do Curso de Geografia, UFSCAR Campus Sorocaba.

Formação territorial, território e territorialidade

A formação territorial do Brasil dá-se sob a égide colonial. A Pindorama, terra das palmeiras, como era chamado este país por seus povos originários, foi conquistada pelo colonizador europeu que aqui desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais, bem como dos povos aqui encontrados e que foram considerados de classe inferior, portanto, passíveis de serem consumidos.

> A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os "naturais" do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local. (MORAES, 2005, p. 68).

E essa é a lógica que persistirá em nossa história, pois dos colonizadores europeus passamos as elites nacionais cujo projeto territorial e sócio-econômico para o país eram exatamente os mesmos, o de apropriação e consumo dos espaços e das gentes. Assim, a independência é um ato formal que não altera a vida sócio-econômica do Brasil. O regime escravista, o latifúndio e a concentração de riquezas apenas fortaleceram-se.

Desta forma, a fronteira florestal, na qual primeiro os indígenas e depois os negros e mestiços vão buscar abrigo, é permanentemente alcançada pela expansão das atividades econômicas hegemônicas. De acordo com Moraes (2005, p. 68) os atrativos evidentes – os imediatamente encontrados - comandavam a instalação inicial dos colonizadores, mas os espaços desconhecidos atuavam constantemente no imaginário, fazendo da expansão progressiva um elemento sempre presente. Este autor chama estes espaços "desconhecidos" de *fundos territoriais*, pois se constituem em verdadeiras reservas aos interesses hegemônicos.

> Fundos territoriais, constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos "sertões", das "fronteiras", dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos "naturais". Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. (MORAES, 2005, p. 69).

Embora no caso da Mata Atlântica, por exemplo, esta tenha sido extremamente consumida, ainda hoje é possível verificar a presença de uma fronteira florestal ocupada por variadas populações tradicionais, entre as quais, muitas quilombolas, que constituíram seus territórios ao longo de gerações.

Desta forma faz-se pertinente, neste momento, trazer algumas considerações acerca desta categoria de análise da Geografia. Haesbaert (2004), por exemplo, contribui ao agrupas três vertentes sobre as variadas noções de território.

> **política** (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
> **Cultural** (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
> **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Contudo, o próprio autor alerta para o fato de essas vertentes estarem extremamente relacionadas às posições filosóficas adotadas pelos estudiosos do tema. Ou seja, um marxista histórico ou dialético enfatizará a dimensão material do território, principalmente num viés econômico, mas contextualizado historicamente e levando em consideração as relações sociais.

Existem, portanto, pelo menos duas dimensões a serem levadas em conta na definição de território, uma ideal e outra material. A definição materialista poderá ter ainda três formas de abordar o território: naturalista, econômica e política.

A dimensão ideal na definição de território por sua vez enfatiza os aspectos simbólicos e não visíveis de um grupo para delimitar seu território. A Antropologia nas últimas décadas vem desenvolvendo teoricamente essa

dimensão do território, embora muitos autores prefiram trabalhar com outros conceitos, esquivando-se de uma inevitável materialidade do território.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 70) a Geografia, como seria de se esperar, ao contrário da Antropologia, tende a enfatizar muito mais a dimensão material do território.

Na dimensão material de concepção naturalista há uma naturalização do comportamento humano, ou seja, assemelha-o ao dos animais, justificam-se como quase instintivas as necessidades humanas de apropriação e dominação dos espaços. Robert Ardrey que faz uma leitura neodarwinista de território o conceitua da seguinte forma:

> [...] uma área do espaço, seja de água, de terra ou de ar, que um animal ou grupo de animais defende como uma reserva exclusiva. A palavra é também utilizada para descrever a compulsão interior em seres animados de possuir e defender tal espaço" (ARDREY, 1969, p. 10 apud HAESBAERT 2004, p. 45).

Na concepção de base econômica, a reprodução material da vida tem um peso considerável. Entre os geógrafos que definiram o território com base nos usos econômicos de determinadas áreas está Milton Santos, mais precisamente este autor usa a expressão "território usado" como correlato de espaço geográfico, em suas palavras:

> [...] o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (SANTOS, 2002b, p. 3).

Para Milton Santos a definição de território contém ênfase na funcionalidade e conteúdo técnico dos lugares, lugares estes que podem ser contíguos ou afastados e mesmo assim formarem um território.

Alguns antropólogos estudando populações tradicionais trabalham com a noção de que um território é um fundo econômico-materialista, uma porção de terra defendida em função da disponibilidade e garantia de recursos naturais necessários à reprodução material de um grupo. Maurice Godelier define território da seguinte maneira:

> Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (GODELIER, 1984, p. 112)

Embora hoje estejamos distantes de uma concepção de território baseada na natureza como fonte necessária à reprodução de determinado grupo, isto não significa, que esta tenha sido relevada ou superada no processo de análise. Dependendo do grupo social, sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo. Populações quilombolas, que são, na forma de entendimento desta pesquisa, populações tradicionais camponesas, têm uma grande ligação material com seus territórios, que são a fonte de sua reprodução.

A concepção de base política, tradicional dentro da geografia política, relaciona o território aos limites estabelecidos de determinada área física, em geral de um Estado, por meio do domínio e do poder. O autor clássico nesta discussão – como já visto – é Friedrich Ratzel. O que torna a concepção política, por vezes, muito próxima da concepção naturalista de território.

> Correntes teóricas materialistas fundamentadas em analogias com as Ciências Biológicas fizeram pontes às vezes inusitadas entre as construções política e biológica de território. Ao reivindicar para a sociedade o direito “natural” a um espaço ou mesmo à propriedade privada da terra, tornado um direito quase dever, na medida em que corresponderia ao “espaço vital” sem o qual não se daria o progresso social, alguns estudiosos desenvolveram a associação que fez do território político – principalmente o território do Estado –, em maior ou menor grau, uma extensão da dinâmica que ocorria no âmbito do mundo biológico, mais especificamente no mundo animal. (HAESBAERT, 2004, p. 64)

Um autor clássico a ser lido para se aproximar de uma definição de território com base em uma concepção política é, sem dúvida, Claude Raffestin, cuja principal obra é *Por uma geografia do poder*, da qual é usual extrair-se uma definição parcial de território, pois coloca o espaço como mero suporte.

> O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela reapresentação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143 e 144).

Embora muitas vezes criticado por autores que atribuem à sua definição uma extrema materialidade e pouca relacionalidade entre os elementos constitutivos do território, acredita-se nesta pesquisa que haja sim um sentido relacional em sua definição, não ainda capaz de incorporar a cultura em sua importância como a entendemos, visto que para Raffestin a cultura é atravessada pelo econômico e pelo político.

Contudo, para este autor o território é um campo de ação dos trunfos espaço/tempo, no qual se expressa a superação da definição anterior de território, pois a relação espaço/tempo inevitavelmente é constituída de relações sociais e historicidade. Desta forma o território é recurso e entrave, continente e conteúdo.

> O espaço e o tempo são suportes, portanto condições, mas também trunfos. Eis por que Lefebvre tem toda a razão quando diz que o 'espaço é político'. Em todo caso, o espaço e o tempo são suportes, mas é raro que não sejam também recursos e, portanto, trunfos [...] O fato de ser um trunfo procede, ao menos no planeta Terra, da finitude do espaço. Noção banal, sem dúvida, mas cuja consideração não é tão antiga. [...] É mais difícil analisar o tempo. O tempo 'real', aquele dos movimentos astronômicos, e sem dúvida um referencial absoluto. Porém, aquele que nos interessa é relativo: é o tempo social da ação. [...] As ações se inscrevem no tempo absoluto, mas são ritmadas por tempos relativos, fracionados segundo estruturas particulares. (RAFFESTIN, 1993, p. 47 e 49).

Como já dito, neste trabalho procurou-se ter uma visão integradora acerca do território. Uma visão que se pode dizer está bastante fundamentada nas idéias de Claude Raffestin, embora a elas deva-se acrescentar a ênfase sobre o simbólico e o cultural presentes em todas as sociedades.

Para Godelier embora a base material do território seja fundante e imprescindível, as representações e funções simbólicas e culturais que uma porção de espaço transformado em território possa ter são possíveis e não estão em contradição com a materialidade do espaço que é natureza. Ou seja, uma determinada comunidade pode se relacionar material e simbolicamente com um espaço/território, a árvore que dá frutos comestíveis também pode ser sagrada, e constituir uma identidade territorial.

Este trabalho transita pela definição política de território até a cultural, pois se preocupa mais com o processo de territorialização como domínio e apropriação do espaço por populações quilombolas do que propriamente com o conceito de território. De acordo com Haesbaert (2004, p. 16) “Cada um de nós necessita, como um ‘recurso’ básico, territorializar-se. Não nos moldes de um ‘espaço vital’ darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo”. O território foi visto como um espaço físico, no qual a Mata Atlântica se desenvolveu, mas também como um espaço de referência para a construção da identidade quilombola. Neste sentido, ainda conforme Haesbaert (1999), trata-se de uma identidade sócioterritorial em suas dimensões simbólica e concreta, encontrando a historicidade e o imaginário social, em que a memória traz para a atualidade o sentido do passado.

Estes territórios são alvos de diversos conflitos e disputas, pois via de regra, são sobrepostos aos remanescentes florestais atlânticos, cobiçados tanto para o avanço de monoculturas como a do eucalipto e da cana-de-açúcar, ou expansões urbanas, quanto para áreas restritas à preservação ambiental.

Desta forma, podemos classificar estes conflitos como sendo essencialmente territoriais, visto que o que está em disputa são visões diversas sobre o mesmo espaço e que vão resultar em concepções também diversas de território. Afinal, uma Unidade de Conservação é constituída por um território jurídico e delimitado politicamente, assim como o empresário do setor agrícola verá nestes remanescentes uma frente de expansão aos seus negócios. Contudo, em nossa história tem-se ignorado que estes espaços já foram territorializados material e simbolicamente por populações tradicionais.

Acredita-se que o espaço precede o território, contudo esse espaço é visto como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço.

> [...] uma realidade natural não se transforma em recurso para o homem senão pelo efeito combinado de duas condições: primeiro, que ele possa direta ou indiretamente satisfazer uma necessidade humana, conseguindo uma utilidade no seio de uma forma de vida social; depois que o homem disponha dos meios técnicos de a separar do resto da natureza e a fazer servir a seus fins. Isto implica que a sociedade tenha uma interpretação da natureza e que ela combine essas representações intelectuais aos meios materiais para agir sobre uma porção dessa natureza e a fazer servir à suas reprodução física e social. (GODELIER, 1984, p. 112 e 113).

Nesta pesquisa, na qual lidamos por vezes com as subjetividades, com os desejos e ânsias das comunidades quilombolas com as quais nos relacionamos, o território foi considerado antes de tudo, um espaço de referência para a construção da identidade quilombola, pois é físico-material, é político, é econômico e é também simbólico.

A invenção de identidades político-cultural e sócioterritorial são recorrentes, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho.

De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves:

> A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E, mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os “modos de percepção legítima” da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo da divisão da natureza. (GONÇALVES, 2003, p. 379).

É necessário então entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico. A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas. Há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

Quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se manter territorializada, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, esta de cima para baixo.

Para o surgimento da mobilização que busca a territorialização Gonçalves (2001) enfatiza a importância dos movimentos sociais, inventando de baixo, por baixo e para os de baixo, novos pactos, novas relações, novos direitos nos interstícios e brechas desse complexo processo de reorganização social.

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é porque em um momento histórico dado um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e institui um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida.

As comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm direito, mas, sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida.

Memória e territorialidade

O fenômeno da memória em si, pode ser entendido como capacidade do indivíduo de guardar seletivamente certas informações fazendo uso de funções psíquicas e cerebrais e cognitivas. As pessoas fazem uso de sua memória o tempo todo. A cada instante, seja na reprodução de um gesto corporal que em uma tenra idade apreendemos e o usamos instintivamente, seja recordando a letra de uma música ou onde deixamos determinado objeto. Contudo, ao mesmo tempo fazemos uso de nossa memória, recordando situações boas ou más pelas quais passamos, memórias estas que são subjetivas e que a cada momento podem aflorar de forma diferenciada de acordo ao contexto ou à nossa percepção da vida naquele instante. A memória é lida e reinterpretada pelos sujeitos, daí a sua complexidade. Alguns autores acreditam que neste processo há sempre invenção.

É comum ouvirmos expressões como “se não me falha a memória”, “memória de elefante”, “lapso de memória” ou “minhas memórias”, a visão do senso comum sobre a memória é de que esta seja um lugar profundo em nós, no qual guardamos nossas experiências, é um depósito, uma espécie de caixa preta da qual tiramos e colocamos coisas, registros. No entanto esse retirar é sempre uma leitura, mediada pelo sujeito que lê.

Porém, a memória é mais que a vivência armazenada de um indivíduo, ela forma parte de um contexto social. O que guardamos e o que excluímos depende de nossas experiências sociais e coletivas.

Muito embora os geógrafos tenham tradição no trabalho com entrevistas em suas análises sociais, não há entre estes uma discussão teórica consolidada e estabelecida acerca da memória como fonte de informação geográfica, apesar de muitos trabalhos recentes valorizarem este aspecto. Buscou-se então essa discussão, ainda que de forma preliminar e generalizada, na Psicologia, na Filosofia, nas Ciências Sociais e na História.

Para esta pesquisa interessou a memória de indivíduos enquanto parte de grupos sociais, pois através da reconstrução de fatos registrados na memória se reconstrói uma visão do passado a partir do presente, contudo, como veremos essa reconstrução está impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, mais genericamente do que os recordadores são hoje. Por isso a memória pôde ser utilizada para pensar uma questão tão atual

quanto a das populações quilombolas. Segundo Pierre Nora, memória é o vivido e a história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo instante.

Henri Bergson, filósofo da vida psicológica, persegue em sua obra uma fenomenologia das lembranças. Suas proposições, muitas vezes polêmicas, provocaram reações na psicologia social que a ajudaram a repensar o papel das lembranças na consciência atual.

Para o autor o passado sobrevive de duas maneiras distintas: em mecanismos motores, ou seja, na repetição habitual do que aprendemos; e em lembranças independentes, o que implica em um trabalho do espírito, que busca no passado representações pertinentes para serem inseridas em uma situação atual. A memória permitiria não só a relação do corpo atual com o passado, mas também interferiria no processo presente de representações.

Bergson distingue a memória em dois planos, a *imagem-lembrança*, que tem data certa, refere-se a uma situação definida, individualizada, e a *memória-hábito* que se incorporou às práticas do dia-a-dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente.

Ele enfatiza a espontaneidade e a liberdade da memória, opondo-se dessa forma aos esquemas que a aprisionava em recônditos da mente humana. Tal seria essa liberdade que o passado se conservaria inteiro e independente no espírito. O passado, as lembranças, estariam latentes no inconsciente.

Para Bergson relembrar é reviver, pois ele acredita na memória como experiência unicamente individual, ele exclui o sujeito recordador de seu contexto social e cultural. Defrontam-se apenas a subjetividade pura (força espiritual prévia) e a pura exterioridade (matéria limite e obstáculo). Esta teorização acerca da memória carece, portanto, do indivíduo enquanto ser social.

Contrapondo-se às idéias de Bergson encontra-se a teoria psicossocial de Maurice Halbwachs, herdeiro e continuador das idéias de Émile Durkheim que enfatiza o papel que as representações e idéias dos homens exercem na sociedade, ou seja, do predomínio do social sobre o individual.

Halbwachs desloca o eixo de interesse do indivíduo para o social, ele não está interessado na memória propriamente dita e sim nas suas

representações sociais, como bem aponta o título de sua grande obra *Quadros sociais da memória* (1994 [1925]). Pois para ele o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais, afinal um homem que se lembra sozinho do que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não vêem.

> Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. [...] É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligavam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam. Não nos lembramos de nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social. (HALBWACHS, 2006, p. 41 e 43).

Isto quer dizer que boa parte do que somos, ou do que acreditamos ser, muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais, e sim foram inspiradas nas conversas e vivências com outras pessoas. Somos criativos, mas nunca originais, pois que a cultura é sempre transmissão. Com o passar do tempo, elas tecem uma história dentro de nós, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que não sabemos o ponto exato de entrada em nossas vidas, pois em geral, este é um processo inconsciente.

> O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. [...] As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. (BOSI, 1998, p. 414).

Neste sentido o contexto social e cultural é de extrema importância. O que definimos como nossa cultura estará na base de nossas lembranças. De acordo com Paul Claval:

> A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. (CLAVAL, 1999, p. 63).

Ao contrário de Bergson, para Halbwachs lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. E esta reconstrução dependerá de como o recordador insere-se em um meio social com o qual tem uma identidade mediante a qual se constituíra a memória coletiva do grupo.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. A cada instante refazemos nossas lembranças, a todo tempo inserimos novos elementos, nos deslocamos espacialmente, conhecemos novas pessoas, etc. A mudança de perspectiva nos impõe novos conceitos sobre determinadas situações.

Ecléa Bosi (1998, p. 55) dialogando com as idéias de Halbwachs discorre afirma que "memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição".

Halbwachs distingue ainda a memória do adulto da memória o velho. O adulto ativo (responsável pela reprodução econômica e social da vida), em geral, não recorre às lembranças da infância em face das questões do seu dia-a-dia, estas estão reservadas para os momentos de lazer, de repouso, para ele a lembrança é fuga. Já para o velho as lembranças não são pontos de fuga no cotidiano, ele pode entregar-se mais detidamente a elas.

> Ele [o velho] não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, percorre seus velhos

> papéis, suas antigas cartas e, sobretudo, ele conta aquilo de que se lembra quando pese não ter fixado por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condição de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto. (HALBWACHS, 1994, p. 104).

Os velhos podem ser os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque dispõem do tempo necessário para transmitir suas lembranças. Portanto, esse recordar tem também função social.

> Desta forma, em resumo, se os velhos estão mais debruçados sobre o passado do que os adultos, não é porque há na velhice uma grande maré de lembranças: eles não têm mais recordações de suas infâncias do que quando eram adultos: mas eles sentem que, na sociedade, eles não têm nada melhor a fazer do que utilizar, para reconstruir o passado, todos os meios, dos quais eles sempre dispuseram, mas que eles não tinham nem tempo, nem desejo de empregar. (HALBWACHS, 1994, p. 105).

Particularmente a questão da “memória dos velhos” nos interessa, afinal nesta pesquisa ela teve lugar de destaque, não só porque os velhos, *os antigos*, como preferem dizer boa parte dos recordadores, foram testemunha de outros tempos, mas também porque quando exercem sua função social de recordar, ou refazer o passado eles impulsionam o seu entorno social a agir no presente. Eles são como alicerces em uma casa em construção.

De acordo com Paul Thompson inventar um passado imaginário, que deve ter acontecido, é uma forma de preservar suas crenças e sua ideologia, pois aquilo que o depoente acredita é, para ele, mais importante do que aquilo que realmente aconteceu.

Bibliografia

BERGSON, Henri. **Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

GODELIER, Maurice. **L' idéel et le matériel: pensée, économies, sociétés**. Paris: Fayard, 1984.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. (p. 169-190). In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto L. (orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaus de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 189p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia. **Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica.Territórios quilombolas e a conservação da natureza**. 2008, 355p. Tese (Doutorado em Geografia Física) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002a.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Annablume/Hucitec/ANPUR, 2002b.